

A DEMOCRACIA DISSIMULADA

Plínio Guimarães Moraes

Mestre em Ciência Política pela Unicamp.

Uma das características mais acentuadas da cultura brasileira tem sido a facilidade com que ela se deixa fascinar pela dissimulação, pelas fantasias, pela farsa. Não é por acaso que se tenha aqui arraigado mais profundamente o Carnaval, que não encontrou outro canto do planeta mais propício para sua ode ao disfarce.

Assim é com a política. Após a promulgação em 1988 da nova Constituição Federal, uma grande colcha de retalhos, diga-se de passagem com alguns avanços paralelos e outros retrocessos, muitos começaram a sonhar que havíamos adentrado numa democracia. E ainda por cima, com as eleições majoritárias em 1989, as convicções aumentaram.

Todavia, o que se constata é que a conquista de alguns instrumentos formais das democracias burguesas não é suficiente para transformar o país num recanto civilizado. O que há é uma "democracia para inglês ver", como ocorria nas antigas leis anticativeiro do século XIX, quando os traficantes de escravos conseguiam burlar as intenções de alguns parlamentares brasileiros e os ingleses, interessados na implantação concreta do capitalismo por aqui, ficavam a ver navios.

Terminado formalmente o Estado Burocrático-Autoritário (BA) no Brasil em 1985 com o retorno dos militares à caserna, muitos dos procedimentos do BA se incorporaram ao dia-a-dia do país. A dominação continua a ser exercida por pequenas frações da elite oligopolista transnacionalizada e a despolitização das questões sociais vem desarticulando os setores subalternos. É só conferir os estudos de Guilherme O'Donnell sobre o tema.

O governo neoliberal do presidente Collor, ao utilizar intensamente o *marketing* político como fumaça para esconder a exclu-

são da maioria, ainda consegue ludibriar algumas camadas da população. Do *jet-ski* ao mirage, a imagem de autoconfiança destemida, própria dos espíritos juvenis, continua a envolver setores da sociedade. E com isso, as diferenças acumuladas em quase 500 anos recebem um novo verniz, de um lado pela absorção dos resquícios do BA, de outro pelo "teatro de Veneza" que o titular da presidência impõe.

Isso posto, é difícil acreditar na sinceridade e vontade política do Governo Federal no que concerne à erradicação da miséria, dos assassinatos infantis, dos conflitos rurais, dos seqüestros de empresários, da defesa dos direitos essenciais do cidadão. A ilustrar esse doloroso quadro, segundo a FAO, existem hoje por volta de 53 milhões de brasileiros vivendo sob o regime de fome e, que se saiba, a ONU ainda é um organismo com estatísticas confiáveis.

Dessa forma, nestes tempos de muros derrubados e novas máscaras forjadas, sobra a reorganização da sociedade civil na defesa de seus interesses. A perspectiva é de que o Estado hoje existente — e aí temos que englobar também segmentos do Legislativo e do Judiciário — não tenha o menor interesse em implementar as profundas transformações de que necessitamos. Por mais que esse Estado deva ausentar-se de algumas áreas para melhor se dedicar a outras, dado que realmente cresceu em excesso, ele não pode ser neutro num país subdesenvolvido, quer no combate às injustiças, quer na administração dos diversos conflitos de interesses.

Não se confunda soluções adotadas para os países centrais como bálsamo para os países periféricos. Estes têm que conseguir antes o essencial, pois muitos, nem democracia verdadeira conseguiram. Só o fizeram no papel.